

IECLB – UMA IGREJA DE MIGRANTES

ECLCB – A CHURCH OF MIGRANTS

Hans Alfred Trein

Arteno Ilson Spellmeier

Resumo

A comunicação focará aspectos sociais, geopolíticos, eclesiais e culturais. Procura desenhar aspectos do aprendizado teológico e eclesial junto às fronteiras migratórias internas do país. Apresenta os dilemas experimentados na busca de cumprir o mandato missionário do Concílio Geral de 1972, de a igreja ocupar-se com a pessoa como um todo e estar aí para todas as pessoas e de com elas formar novas células de irradiação do evangelho de Jesus Cristo. Essa experiência tem um de seus momentos mais claros de denúncia profética e coesão eclesial em 1982, quando toda a IECLB refletiu o tema “Terra de Deus - Terra para Todos” e em Rondônia eram presos obreiros da IECLB e posseiros fustigados pelo latifúndio.

Palavras-chave: Migração. Igreja. Metodologia.

Abstract

The communication will focus on social, geo-political, ecclesial e cultural aspects. Tries to draw aspects of the theological, biblical e ecclesial learning along the migratory internal borders of the country. It presents the dilemmas experienced, in seeking to fulfill the missionary mandate from the General Council in 1972, that the Church should deal with the person in its wholeness and be there for all the people, building with them new irradiation cells of Jesus Christ’s Gospel. This experience has one of its clearest prophetic denouncing and ecclesiastical cohesion moments in 1982, when the whole ECLCB reflected about the theme “God’s Land – Land for All”, and in Rondonia workers of the Church and peasants buffeted by large landowners were arrested.

Keywords: Migration, Church, Methodology.

Considerações Iniciais

Estamos escrevendo esse texto 30 a 40 anos depois de nosso envolvimento no trabalho da IECLB nas Novas Áreas de Colonização. O distanciamento é tanto temporal como geográfico. Muitas das reflexões e reconhecimentos que fazemos agora, nós não tínhamos no calor dos acontecimentos. Por isso, a narrativa que apresentamos é uma tentativa de sistematização a posteriori daquilo que nos parece importante, a partir da visão de conjunto que desenvolvemos ao longo do tempo e com o devido distanciamento. Muitos detalhes obviamente ficarão de fora. Alguns processos mais detalhados foram selecionados, para exemplificar a abrangência, o conteúdo e principalmente a metodologia de trabalho. A motivação para esse texto foi a apresentação de uma comunicação oral apoiada por Power Point e fotografias da época, com esse mesmo título, no simpósio “Migrações e Interculturalidade” dentro do III Congresso Internacional de Teologia das Faculdades EST, ocorrido em setembro de 2016.

Migrações Não Espontâneas

Migrações são um fenômeno constante na história mundial. Entretanto, há períodos, em que elas se intensificam, sendo que é possível identificar razões e interesses que as produzem, como aconteceu internacionalmente no século XIX. Na Europa, a guerra napoleônica, safras frustradas, juros escorchantes, endividamento, a revolução industrial que implicou em grandes desarrumações sociais... foram fatores que incentivaram a emigração. No Brasil, a formação de uma classe média econômica e social num país dividido entre a Casa Grande e a Senzala, entre latifundiários e escravos, a ocupação das regiões fronteiriças ainda em escaramuças de expansão com pequenos proprietários defensores do território, a necessidade de formar um exército nacional pelo recém proclamado império independente do Brasil, a ideologia racista do branqueamento da população brasileira... foram, entre outras, razões geopolíticas explícitas para o incentivo à imigração aqui no Brasil.

No Brasil dos anos 70 intensificou-se uma migração interna para as periferias das cidades e para as novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e Norte. Também nessa migração incentivada pela ditadura militar são identificáveis claras razões geopolíticas. As cidades, em pleno processo de substituição de importações precisavam de mão-de-obra

barata, para impulsionar a produção industrial em escala. Os slogans propagandeados pelo governo federal explicitam as migrações para a Amazônia Legal: “gente sem terra do Nordeste e do Sul para a terra sem gente na Amazônia”; “integrar, para não entregar”. Assim chamados “excedentes populacionais” em condições precaríssimas de vida no Nordeste foram realocados, aliviando a tensão social ao redor das Ligas Camponesas em sua reivindicação por Reforma Agrária num ambiente dominado econômica- e politicamente por latifundiários e coronéis. A abertura da estrada Transamazônica, nos anos 70, foi o corredor de entrada de migrantes e de escoamento de madeira, minérios e outros elementos do verdadeiro butim imposto àquele ecossistema complexo e desconhecido. Da mesma forma, “excedentes populacionais” do Sul e Sudeste, famílias rurais sobrantes do processo de mecanização das lavouras, da monocultura da soja, de todo o ideário da chamada “revolução verde”, e da minifundização hereditária, com sua tradição agrícola seriam um fator de desenvolvimento econômico para uma região “desocupada”. Não custa lembrar que uma ideologia desenvolvimentista e ufanista em torno do assim chamado “milagre brasileiro” com altas taxas de crescimento eram um apoio ideológico importante para essa atividade e para a sustentação política da ditadura militar. Para isso o governo militar criou superintendências (SUDAM, SUDECO) com incentivos fiscais para grandes empresas das metrópoles costeiras aplicarem até 75% de seu imposto devido em fazendas na Amazônia (p. ex. a fazenda da Volkswagen, no sul do Pará, Usina de Cana na Transamazônica). Agricultores que chegavam do clima temperado do Sul para a Amazônia e viam o tamanho das árvores e a pujança da floresta, concluíam que essa terra era forte, desconhecendo a relação entre solo e floresta numa região tropical. Não hesitaram em derrubar castanheiras para cultivar grãos ou semear pasto, obcecados pela cultura alimentar carnívora, desconhecendo que o valor proteico produzido pela castanheira é, por baixo, cem vezes maior do que o de pecuária no mesmo espaço. Integrar essa região política- e economicamente ao estado brasileiro foi uma receita de segurança nacional para evitar que rumores de uma internacionalização da Amazônia avançassem para medidas mais concretas. Os militares também temiam que grupos subversivos pudessem se desenvolver no sertão, desprovido de qualquer instituição estatal. É interessante observar que todo o processo migratório, iniciado há pelo menos 20 anos antes, nos anos 50, se deu ao longo das fronteiras internas para a América Latina, tendo assim também uma conotação de assegurar o território nacional, funcionando as famílias colonizadoras como uma espécie de colchão de

fronteira. Grosso modo, pode-se dizer que razões de emigração e de imigração se repetem no atacado e apenas se modificam no varejo das conjunturas. Assim também conceitos parecem repetir-se. Os assim chamados “vazios demográficos” habitados por povos indígenas no século XIX, e que precisaram ser “limpados” para o assentamento de colonos europeus, foram os mesmos “vazios demográficos” *da terra sem gente na Amazônia*, da última metade do século XX. O “vazio demográfico” foi tão enganoso que teve de ser produzido através do genocídio dos povos indígenas. Em cima de seus cadáveres os sobrantes dos diferentes Brasis estavam se encontrando. Cada grupo populacional trazia sua cultura e sua escala de valores. Enquanto os “gaúchos” diziam que vieram trabalhar e produzir, para que, p.ex., “os mato-grossenses” não morressem de fome, os “mato-grossenses” diziam que os “gaúchos” iam se matar trabalhando nesse areião do cerrado e, em pouco tempo, não teriam mais resultados. O choque cultural dos barulhentos sulistas ativistas com os contemplativos nortistas, satisfeitos apenas com 365 pés de mandioca nas cercanias da casa e com o peixe abundante nos rios foi tema de muitas diferenças de opinião e de atitude frente à natureza. Como ser igreja nessa realidade?

IECLB E MIGRAÇÕES

A IECLB iniciou no Brasil com a imigração de evangélicos luteranos e reformados, vindos principalmente da Alemanha, Suíça e Áustria, nos inícios do século 19. Estabeleceu-se focalmente na região sul e sudeste do país. Em 1972, no Concílio Geral da IECLB em Panambi, a IECLB tomou consciência da intensificação migratória incentivada pelo governo federal e resolveu acompanhar seus membros migrantes para as periferias urbanas e para as Novas Áreas de Colonização na Amazônia. Em 1973, criou o Departamento de Migração com a função tripla de acompanhar a migração para as periferias urbanas, para novas áreas de colonização e ainda investir na fixação das famílias de pequenos agricultores em sua terra através da Promoção Rural Evangélica. Esta última, mais adiante, acabou dando origem aos CAPA – Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor. O Departamento de Migração era anexo à direção da igreja em Porto Alegre, e funcionou como tal até 1979, passando então à Coordenação das Novas Áreas de Colonização, sediado em Cuiabá/MT com foco nas migrações para o Centro-Oeste e Norte do Brasil. Essa estrutura de coordenação permaneceu até a inserção dos Distritos Eclesiásticos do Mato Grosso e Regional Norte em 1986 na então estrutura institucional da IECLB.

Já em 1970, no Concílio de Curitiba, apenas dois anos após ter-se constituído oficialmente como igreja em âmbito nacional - após a polêmica transferência da Assembleia Geral da Federação Luterana Mundial do Brasil para Evian, na França, pela alegação de não poder reunir-se num país sob ditadura militar e diante de acusações de torturas a presos políticos e massacre de povos indígenas – a IECLB assumiu oficialmente que o Evangelho tem uma dimensão profética, tomou consciência da sua função de atalaia como igreja no contexto político, definindo sua missão e evangelização à pessoa integral e a todas as pessoas. No Concílio Geral de 1972, quando a IECLB decidiu acompanhar seus membros migrantes, essa postura de estar aí como Igreja de Jesus Cristo para a pessoa como um todo e para todas as pessoas, independentemente de sua proveniência ou pertença cultural foi reafirmada e transformada em programa. Além disso, foi acrescentada uma outra diretriz importante: a igreja não acompanha os seus membros, com medo de perde-los, mas para com eles formar comunidades cristãs, células irradiadoras do Evangelho. Ali já estava o germe de um slogan posterior que entrou no Plano de Ação Missionária da IECLB: nenhuma missão sem comunidade, nenhuma comunidade sem missão. Sobretudo, a última afirmação foi metodologicamente decisiva para a atuação de ministros e ministras da IECLB, dentro de uma compreensão clara de que o sacerdócio ordenado não deve se colocar acima ou em lugar do sacerdócio geral de todos os crentes. O ministério é da comunidade. Isso foi um desafio constante e rendeu muitos desgastes, visto que a maioria vinha de tradição eclesiástica pastorcêntrica, além de ainda conceberem sua igreja como uma associação, na qual a gente se associa e recebe ou presta serviços religiosos.

EXEMPLOS DE TRABALHOS – ÊNFASE NO MÉTODO

Em Rondônia, impulsionados inicialmente pelos Projetos UMA (United Mission Appeal, programas de cinco anos, financiados pela American Lutheran Church), formaram-se equipes com um pastor/a, um técnico agrícola e uma agente de saúde. Essa foi a tentativa de realizar o mandato conciliar de pregar o Evangelho em palavra e ação para a pessoa integral, com todas as suas necessidades e para todas as pessoas. Esse trabalho foi realizado desde o início em acolhimento ecumênico, sem qualquer proselitismo confessional. A metodologia de trabalho inspirou-se especialmente no educador, Paulo Freire, para quem nenhuma pessoa é uma folha de papel em branco. Cada qual tem saberes, e trocando

saberes, a gente se constrói mutuamente e forma comunidade; passa da condição de massa para a condição de povo.

UM EXEMPLO NA ÁREA DA SAÚDE

Em qual questão de saúde nós podemos ajudar? Numa linha escolheram o problema dos parasitas intestinais. O médico da equipe levou seu microscópio para a linha, e analisou as fezes ali mesmo, numa bancada em baixo de uma mangueira. Identificava o tipo de parasita. Convidava as pessoas a olhar no microscópio. Perguntava, como estavam tratando do problema. Uns utilizavam semente de mamão, outros usavam picumã diluído em copo d'água, outros maceravam erva de santa maria... O médico anotava tudo numa tabela, recomendava que continuassem com o tratamento. Ao final fazia reunião com todos, recomendava cuidados de higiene e marcava o próximo encontro para dali a um mês. Depois de alguns meses começou a aparecer um resultado positivo de combate ao parasita de maior ocorrência entre aquelas pessoas que utilizavam a erva de santa maria. Todos participaram do processo, todos ajudaram a construir conhecimento, esse aprendizado conjunto foi consistente e permanente.

EDUCAÇÃO POPULAR

No Centro Educacional Itaporanga, em Espigão do Oeste / RO foram realizados por vários anos Cursos de Orientadores Rurais. Quatro eram as áreas de ênfase nesses cursos que objetivavam a formação de lideranças nas comunidades: vida comunitária – prédicas, culto infantil, ensino confirmatório; agricultura/horticultura e pecuária – combate a verminoses, vacinação; saúde e higiene – formação de parteiras que já exerciam o ofício; e, por último e como guarda-chuva de todas as atividades, educação cívica, política, social, análise de conjuntura e estrutura.

Na Transamazônica foram realizados Encontros de Pregadores e Monitores, pois um pastor passava pelas pequenas comunidades entre Rurópolis e Altamira de uma a no máximo duas vezes ao ano. Era necessário que as comunidades investissem na preparação de lideranças locais dentro do Sacerdócio Geral de todos os Crentes. Um dos materiais elaborados para esses cursos foram as Exegeses Populares que consistiam em 3 a quatro folhas mimeografadas a álcool, contendo a explicação das palavras bíblicas mais incomuns,

informações do contexto bíblico e perguntas para interpretar determinado texto e incentivar a sua aplicação no contexto comunitário local.

PROJETO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA EM CANARANA/MT

Quatro anos depois da colonização em Canarana, o plantio de arroz já não cobria mais os custos de produção; como previsto pelo povo local, o solo arenoso estava esgotado. Juntamente com as famílias agricultoras começamos a pensar em alternativas de agricultura, para que as famílias não perdessem novamente suas terras em troca das dívidas no banco e se tornassem novamente migrantes. Demorou mais três anos, até que conseguimos começar com um trabalho de agricultura alternativa, coordenado por um técnico da Alemanha, a partir de 1979. Havia a necessidade de fazer pesquisas e experiências; estudar o solo e o clima típico do cerrado, descobrir plantas que pudessem agregar nitrogênio e massa orgânica para aqueles solos preponderantemente arenosos, plantas que com suas raízes pudessem perfurar a compactação produzida pelo uso de pesados equipamentos agrícolas, para evitar os processos de lixiviação e erosão, quais culturas poderiam ser economicamente viáveis, tanto para o consumo próprio como também para a comercialização... O projeto era bom, as propostas eram boas, mas não conseguimos competir com a dependência que já tinha se criado junto aos bancos que, seguindo o modelo agrícola de exportação de commodities não se abriu para pequenos financiamentos de produções alternativas, mas apenas financiava grandes extensões de soja. Investimos cedo num tipo de agricultura que hoje está cada vez mais consolidada como agroecologia e que, a partir de novos parâmetros de consumo tem boas chances de vingar.

PROJETO VACAS NO SUL DE RONDÔNIA

A partir da constatação de que em várias linhas das colonizações do INCRA na Rondônia, as famílias não conseguiam se fixar à terra, migrando para novos lugares – numa linha, num curto espaço de tempo, de 73 famílias restava apenas uma família originalmente assentada – as equipes (pastor, técnico agrícola e enfermeira) fizeram reuniões com as pessoas interessadas, cuja maioria era católica. Ao longo de dois anos, tendo como precursores o trabalho com postinhos veterinários e o Projeto de Apoio aos Posseiros, foi se construindo um projeto que depois se tornou conhecido como “Projeto Vacas”, financiado por Pão para o Mundo e Misereor: uma vaca para três famílias cuidarem em conjunto e

aproveitarem o leite. Para 15 vacas, uma família cuidava de um touro. Das crias que iam sendo produzidas havia distribuição entre as famílias participantes. As 45 famílias envolvidas constituíam-se como associação. Depois de certo tempo, as três famílias colocavam uma vaca a disposição de um novo grupo de três famílias. Desse modo o projeto tinha uma perspectiva de crescimento e de evolução própria, a partir de determinado ponto. A ênfase estava na organização popular, no exercício democrático das decisões que tinham de ser tomadas. Chegando ao seu ponto crucial, o projeto tinha assumido proporções grandes demais para a nossa pequena estrutura de acompanhamento. Além disso, diferenças irreparáveis entre as pessoas responsáveis abriram espaço para abusos de oportunistas. Por isso, o projeto não pôde ser finalizado, como tinha sido projetado. No entanto, ele serviu para fixar muitas famílias à terra, dar-lhes uma perspectiva e certamente contribuiu decisivamente para o plantel leiteiro do sul de Rondônia.

ENCONTRO COM POVOS INDÍGENAS

Como por ocasião da imigração de nossos antepassados da Europa, os migrantes para a Amazônia também se confrontaram com os povos indígenas, habitando os “vazios demográficos”. Em 1967, quando os povos indígenas revelavam o seu menor índice populacional e todos acreditavam que se confirmaria a previsão de seu extermínio, o Serviço de Proteção aos Índios foi extinto em meio a acusações de corrupção, exploração e até tortura de indígenas. Foi criada a FUNAI – Fundação Nacional do Índio, para executar a política do estado brasileiro em relação aos povos indígenas. Não mudou muita coisa, pois os quadros permaneceram. A atuação do estado continuou sendo a de reservar os povos indígenas para liberar as terras para a colonização e o avanço das fronteiras agrícolas. Como IECLB, em três campos de trabalho (com Suruí, Kulina, Cinta Larga, Zoró) assumimos uma postura de respeito à cultura e ao direito de autodeterminação indígena e fazíamos os primeiros movimentos de diálogo intercultural, quando ainda nem se falava nesse conceito. Em vista da história missionária devastadora, pois mancomunada com o projeto colonizador, definimos o conceito de “missão calada”, ou seja, uma presença não discursiva, mas solidária na vida cotidiana, de escuta, de imersão nessa cultura tão diferente e com tantos elementos estranhos que precisam ser, antes de tudo, compreendidos dentro de seus próprios códigos simbólicos e não julgados com os critérios culturais predominantes. A ênfase na convivência, na enculturação, aprendendo a língua indígena, resultou na

formulação de outro conceito, o de “evangelização implícita”, a atitude fundamental de perceber os elementos evangélicos já presentes na respectiva cultura indígena e o seu potencial questionador de desvios em nossa própria civilização, dita cristã. Devagar foi se cristalizando que “Deus já estava presente, quando os missionários chegaram”.

TRABALHO PASTORAL COMUNITÁRIO

O método de Paulo Freire também inspirou o trabalho pastoral e de edificação de comunidades. Para cumprir o mandato conciliar de não apenas transplantar tradições, mas constituir pequenas células de irradiação do Evangelho, buscou-se construir junto com as comunidades novos jeitos de ser igreja nesse novo ambiente. Não demorou a nos darmos conta, de que migrantes, agora inseridos em contexto amplamente desconhecido, buscavam na igreja preservar a sua identidade. Tudo mudou, na igreja temos que nos sentir em casa. Mesmo assim, houve abertura para alguns processos:

- Construímos um **hinário** com os cantos que as comunidades gostavam de cantar. Inicialmente cada Paróquia tinha a sua pasta com folhas de canto mimeografadas, à qual eram acrescentados os cantos que iam sendo sugeridos. Como os cultos eram frequentados por pessoas de várias confissões, também o cancionário se construiu de maneira interconfessional. Os pastores decidiram não realizar qualquer espécie de patrulhamento teológico confessional. Em dado momento, tínhamos recolhido tantas sugestões de cantos que foi possível elaborar o cancionário “Entre Nós Está”.

- A veste **talár** preta estava em discussão em várias comunidades da igreja. É originalmente uma veste acadêmica, hoje semelhante às vestes de magistrados. Os descendentes de pomeranos sentiam a veste talár simbolizando a opressão; por outro lado, precisavam dela para a sua identidade eclesial. Muitas lideranças leigas que passaram a dirigir celebrações tiveram dificuldades de aceitação em algumas comunidades, por não poderem usar o talár. Além de ser uma veste imprópria para o clima tropical, reflexões litúrgicas impulsionaram novas experiências. Em Rondônia e no Mato Grosso foi feita uma experiência com uma “bata” bege, tendo um aplique equivalente aos paramentos de cada tempo litúrgico. Depois de algum tempo, a pedido das comunidades, os pastores e pastoras voltaram a utilizar o talár preto. Participamos assim do movimento que, com o aprofundamento da reflexão litúrgica em toda a igreja, resultou na adoção oficial da alba com estola nas celebrações de culto.

- **O Plano de Ofertas** era definido pela direção central para toda a igreja. Nós percebemos que as pessoas presentes nas celebrações tinham transformado a doação da oferta durante o culto num movimento mecânico e costumeiro de centavos, pois, apesar das explicações sobre o destino, não tinham relação com ele. Passamos a propor durante o culto, que as pessoas sugerissem o destino da oferta. Das duas ou três sugestões apresentadas, sempre ao lado da proposta da direção central, a comunidade cültica, como uma assembleia, decidia por um destino. Começaram a aparecer proposições mais locais, a maioria de necessidades familiares reais, conhecidas, e o volume das ofertas quadruplicou. Com esse procedimento o momento da oferta passou a resgatar o seu lugar diacônico dentro da liturgia do culto. O atual Plano de Ofertas tripartiu a definição dos destinos entre comunidades, sínodos e direção central.

Esses são apenas alguns exemplos de processos que duraram anos. Em todas as práticas novas, tivemos compreensíveis questionamentos de algumas pessoas de parte da direção da igreja. Setores da instituição temiam que nas Novas Áreas de Colonização estávamos nos distanciando, quiçá constituindo uma igreja própria a médio prazo. Entretanto, da “fronteira missionária” em todas as igrejas vêm os impulsos para repensar procedimentos automatizados que se tornaram cinzas, mas não cumprem mais o papel de brasas vivas que a tradição passa adiante.

A PRÁTICA DESAFIOU REFLEXÕES TEOLÓGICAS

O método Paulo Freire foi uma ferramenta importante para realizar um dos principais postulados da Reforma Protestante, o sacerdócio real de todos os crentes. Todas as pessoas batizadas são sacerdotes e são reis, não precisam de intermediação em assuntos transcendentais ou imanentes, na religião ou na política.

Aprendemos que um conceito como “justificação pela fé” não é algo erudito nem abstrato, mas está presente no cotidiano das pessoas. No choque das culturas pudemos observar que muitos membros de nossa igreja se justificavam por suas obras. Uma frase ouvida com frequência era: “Graças a Deus, tudo o que tenho, foi por meu próprio esforço e trabalho”. Mesmo o posseiro sulista mais empobrecido, cuja história de vida é uma sucessão de explorações, adversidades e contratempos, era capaz de depreciar a situação de miséria do seu vizinho goiano, como sendo resultado de sua preguiça.

Outro elemento da confessionalidade luterana muito importante foi a liberdade. O cristão é um senhor livre de todas as coisas e não sujeito a ninguém na fé, ao mesmo tempo que é um servidor de todas as pessoas no amor. Livres para amar. “O que as pessoas dizem a respeito da IECLB, em Tangará da Serra/ MT”? foi uma pergunta preliminar a um seminário. As respostas se resumem: “São pessoas livres, crentes que fazem festa, bebem, dançam e se divertem”.

“Simul iustus et peccator” – simultaneamente justo e pecador - foi outro elemento da confissão luterana que impediu equívocos no trato com as pessoas. Ninguém pode ser considerado santo a priori, por ser pobre, explorado, oprimido. Tem muito pobre com cabeça de rico. De outro lado, isso não impede o reconhecimento, de que Deus se vale de empobrecidos e oprimidos para realizar a sua evangelização do mundo. Mas, mesmo nessa condição, ninguém é só justo ou só pecador. A linha divisória passa bem no meio de cada pessoa. Simul iustus et peccator é importante para manter a saúde mental.

Deus, testemunhado na Bíblia, recolhe o seu povo dentre oprimidos e descartáveis. Entretanto, esse povo não permanece massa disforme. Esse povo se organiza. A organização popular é fundamental para a democratização da sociedade. Os projetos executados, além dos auxílios imediatos nas dificuldades de saúde e sobrevivência econômica, tinham essa finalidade. Não adianta apenas dar o pão, nem apenas ensinar a pescar, mas é necessário lutar por um espaço à beira do lago, quando este está ocupado por alguns poucos. Essa organização pode ser ensaiada na igreja, nos sindicatos, nos partidos políticos, nas associações, nas cooperativas, mas é importante que ela seja aplicada na vida política da sociedade, mesmo que essa dimensão política pertença ao âmbito das coisas penúltimas. Uma sociedade organizada e democrática ainda não é o Reino de Deus.

O testemunho bíblico fundamentou uma postura pastoral de profecia contra um estado desenvolvimentista, apontando para a destruição ambiental em nome de um progresso que até mesmo no aspecto material é altamente questionável. A Amazônia foi depositária das gentes sobranças de um modelo de desenvolvimento que agora estava se repetindo. O estado usurpado pelos militares permitia e fechava os olhos para as falcatruas dos econômica- e politicamente poderosos e perseguia aqueles que trabalhavam na organização popular para uma vida digna. Essa luta teve um de seus momentos mais fortes na prisão de um pastor, um agente de pastoral, um sindicalista e 34 posseiros, acusados de

serem respectivamente os mentores e executores de um conflito armado entre posseiros e jagunços na fazenda Cabixi. Depois de 20 anos, os acusados foram inocentados.

Considerações Finais

Pensando nas dificuldades e nas agruras que as famílias passaram, nos desgastes e nas tensões que se criaram ao longo dos processos, nas carências de infraestrutura, na falta de estradas, escolas e hospitais, nas doenças tropicais, nas dificuldades de comercialização dos produtos, na exposição a perigos e falta de recursos... esse recorte é apenas uma perspectiva no sentido do título nesse exíguo espaço, e obviamente não faz jus a uma infinidade de dimensões da missão realizada pela IECLB junto a migrantes nas Novas Áreas de Colonização da Amazônia. Todas as pessoas que estão à procura de uma igreja cristã que de fato faz a diferença em seu contexto no sentido do Evangelho vivido e pregado por Jesus Cristo são tributárias de membros, obreiros e obreiras migrantes que se deixaram desafiar e aguentaram as tensões e os sofrimentos resultantes de seu engajamento.

São Leopoldo, outubro de 2016